



INFORMAÇÕES PESSOAIS:

Nome:	Larissa Kümmel
Qualificação:	Advogada, especializanda em Direito de Família.
Currículo:	Advogada, especializanda em Direito de Família pela Ebradi. Mestre em Administração de Empresas pela Universidade do vale do Itajai. MBA em Negócio Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas. Professora de Comunicação interpessoal, administração de conflitos e oratória. Escritora.

CURSO:

Título geral do curso:	Questões Contemporâneas no Direito de Família
------------------------	---

AULA 1:



Título_Aula 1:	Casamento e União estável
Bibliografias:	<ol style="list-style-type: none">1. Título: Direito de Família Autor: Orlando Gomes Editora: Forense Cidade de publicação: Rio de Janeiro Ano: 20022. Título: Direito Civil Brasileiro, vol 6. Direito de Família. Autor: Carlos Roberto Gonçalves Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 20163. Título: Código Civil Anotado Autor: Maria Helena Diniz Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 2018



<p>Resumo final:</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Conceito família e casamento2. Condições casamentos válidos3. Conceito e Requisitos União Estável4. Diferenças em ter casamento e União estável5. Questões contemporâneas no casamento e na União Estável
<p>Quiz:</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Em relação à comunhão plena de vida:<ol style="list-style-type: none">(a) Decorre dos princípios do Direito de Família, mas não está expressa em lei(b) É uma construção meramente doutrinária(c) É um princípio do Direito de Família relacionado à adoção de adolescentes(d) É a base na qual se constrói o casamento, segundo texto de lei.2. Segundo o Código Civil, são impedidos de casar, EXCETO:<ol style="list-style-type: none">(a) O adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante(b) Os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil(c) O adotado com o filho do adotante(d) Os colaterais em quarto grau3. Considerando as seguintes hipóteses: (1) um dos cônjuges descobre, após o casamento, que o outro é portador do vírus HIV, contraído anteriormente ao matrimônio; e (2) havia ocorrido o defloramento da mulher antes do casamento. É lícito afirmar tratar-se, respectivamente, de casamento:<ol style="list-style-type: none">(a) Nulo e anulável(b) Anulável e anulável(c) Válido e válido(d) Anulável e válido



AULA 2

Título_Aula 2:	Regime de Bens
Bibliografias:	<ol style="list-style-type: none">1. Título: Regime de Bens no Novo Código Civil Autor: Débora Brandão Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 20072. Título: Direito Civil Brasileiro, vol 6. Direito de Família. Autor: Carlos Roberto Gonçalves Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 20163. Título: Código Civil Anotado Autor: Maria Helena Diniz Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 2018



<p>Resumo final:</p>	<p>Regime de Comunhão parcial de Bens Regime de Comunhão Universal de Bens Regime à Participação Final nos aquestos. Regime de Separação de Bens Questões Contemporâneas do Regime de Bens</p>
<p>Quiz:</p>	<p>1. No regime de comunhão parcial de bens, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, EXCETO:</p> <p>(A) Os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento</p> <p>(B) Os bens adquiridos por doação, herança ou legado, em favor de apenas um dos cônjuges</p> <p>(C) Os bens adquiridos por fato eventual</p> <p>(D) Os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, em nome de um dos cônjuges.</p> <p>2. Podem os cônjuges celebrar sociedade entre si, desde que o regime de bens do casamento não seja:</p> <p>(A) o da separação facultativa ou da participação final nos aquestos</p> <p>(B) o da comunhão parcial ou da comunhão universal</p> <p>(C) o da comunhão universal ou da participação final nos aquestos</p> <p>D o da comunhão universal ou da separação obrigatória</p>



1. Assinale a alternativa verdadeira.
 - (a) O regime de bens entre os cônjuges é imutável.
 - (b) Ressalvadas as hipóteses em que o regime de separação de bens se faz obrigatório, os nubentes podem livremente adotar um dos regimes estabelecidos no Código Civil, vedada a possibilidade de criação de um regime misto.
 - (c) Podem os nubentes adotar um dos regimes de bens estabelecidos no Código Civil ou combiná-los entre si, criando um regime misto.**
 - (d) O regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento, salvo se houver pacto antenupcial.

AULA 3:

Título_Aula 3:

Responsabilidade Civil nas Relações familiares



Bibliografias:	<ol style="list-style-type: none">1. Título: Código Civil Anotado 2. Autor: Maria Helena Diniz Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 20203. Título: Direito Civil. Obrigações e Responsabilidade Civil Autor: Silvio de Salvo Venozza Editora: Atlas Cidade de publicação: São Paulo Ano: 20174. Título: Manual de Direito Civil . Volume Único Autor: Pablo Gagliano/Rodolfo Pampola Filho Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 2017



<p>Resumo final:</p>	<p>Responsabilidade Civil nas relações familiares horizontal Responsabilidade Civil nas Relações familiares vertical Dano moral e material Questões Jurisprudenciais contemporâneas</p>
<p>Quiz:</p>	<p>1. O dano moral horizontal restará caracterizado:</p> <p>a Na relação entre cônjuges ou companheiros. b. Na relação entre ascendente e descendes. c. Na relação entre pais e filhos. d. Na relação entre ascendente e colaterais.</p> <p>2. A configuração da responsabilidade pela perda de uma chance no Direito de Família exige:</p> <p>a. Apenas o dano in re ipsa. b. Apenas a conduta culposa stricto sensu. c. Apenas o risco no exercício da atividade, decorrente da responsabilidade objetiva. d. Todos os requisitos caracterizadores da responsabilidade civil, como: conduta, nexó de causalidade e dano, bem como que a chance perdida seja certa e efetiva.</p> <p>3. O reconhecimento da responsabilidade civil por abandono afetivo tem por fundamento, com exceção:</p> <p>a. Artigo 5º, X, CF. b. Artigo 227, caput, CF. c. Artigo 186, CC. d. Artigo 927, parágrafo único, CC</p>



AULA 4:

Título_Aula 4:

Principais Dúvidas sobre Alimentos



Bibliografias:	<ol style="list-style-type: none">1. Título: Código Civil Anotado. Volume 5 Autor: Maria Helena Diniz Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 20202. Título: Título: Direito Civil Brasileiro, vol 6. Direito de Família. Autor: Carlos Roberto Gonçalves Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 20163. Titulo: Direito de Família Autor: Orlando Gomes Editora: Forense Cidade de publicação: Rio de Janeiro Ano: 2002



<p>Resumo final:</p>	<p>Conceitos de Alimentos Características dos alimentos Espécies dos alimentos Fixação dos alimentos Questões Jurisprudenciais Contemporâneas</p>
<p>Quiz:</p>	<ol style="list-style-type: none">1. O não pagamento que autoriza a prisão civil do devedor condiz a quantas prestações?<ol style="list-style-type: none">a. 1 mêsb. 3 mesesc. 6 mesesd. 9 meses 2. Assinale a alternativa correta sobre os alimentos.<ol style="list-style-type: none">a. Os alimentos gravídicos são devidos pelo suposto pai, à mulher gestante, bastando a existência de indícios de paternidade para sua fixação.b. Sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, a obrigação é, em regra, solidária.c. Fixados os alimentos judicialmente, sua redução ou majoração somente poderá ser pleiteada após decorridos 6 (seis) meses da fixação.d. É nula de pleno direito a renúncia aos alimentos, realizada por um dos cônjuges, em ação de divórcio. 3. Quando o artigo 1.707, 1ª parte, do Código Civil permite que o direito aos alimentos deixe de ser exercido, mas não renunciado, estaremos diante de qual característica da prestação alimentar?<ol style="list-style-type: none">a. Imprescritibilidadeb. Personalíssimoc. Irrenunciabilidade



d. Inacessibilidade

AULA 5:

Título_Aula 5:

Guarda e suas espécies.



Bibliografias:	<ol style="list-style-type: none">1. Título: Código Civil Anotado Autor: Maria Helena Diniz Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 2020 2. Título: Título: Direito Civil Brasileiro, vol 6. Direito de Família. Autor: Carlos Roberto Gonçalves Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 2016 1. Título: Manuel de Direito Civil – Volume Unico Autor: Flavio Tartuce Editora: Método Cidade de publicação: São Paulo Ano: 2018



Resumo final:	Espécies de guarda no Brasil Direitos e Obrigações Posições jurisprudenciais Contemporâneas
Quiz:	<ol style="list-style-type: none">1. A regulamentação da guarda dos filhos de pais separados no direito brasileiro vem sofrendo alterações desde Lei do Divórcio (Lei 6.515/77), procurando atender à orientação constitucional de prevalência do interesse e de ampla proteção à criança e ao adolescente. Assim, o ordenamento jurídico brasileiro prevê:<ol style="list-style-type: none">a. pai e da mãe, desde que vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.b. a guarda unilateral, atribuída a ambos os genitores, a cada um individualmente e ao seu tempo; e a guarda compartilhada, aquela cuja responsabilização é conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe, desde que vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.c. a guarda unilateral, atribuída a um só dos genitores, não se admitindo a sua substituição por outra pessoa, na qual a responsabilização é conjunta dos pais que não vivem sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.d. a guarda compartilhada, em que há responsabilização individual e intercalada e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns. 2. Em relação ao instituto da guarda, assinale a alternativa correta.



- a. **A guarda destina-se a regularizar a posse de fato.**
 - b. A guarda não poderá ser oposta contra os pais naturais.
 - c. Uma vez concedida, a guarda não poderá ser revogada.
 - d. A guarda somente será deferida após a conclusão do processo de adoção.
3. Uma faceta importante das relações familiares é aquela que concerne à relação entre pais e filhos. Sobre o instituto do poder familiar (também designado em sede doutrinária de autoridade parental), o Código Civil em vigor dispõe o seguinte:
- a. o exercício do poder familiar extingue-se ao pai ou à mãe condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a 2 (dois) anos de prisão.
 - b. **os pais, quanto à pessoa dos filhos menores, têm competência de reclamá-los a quem ilegalmente os detenha.**
 - c. o poder familiar do pai ou da mãe que castigar imoderadamente o filho suspende-se por decisão judicial.
 - d. a separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável alteram as relações entre pais e filhos, exceto quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos.

PERGUNTAS DE ESTUDANTES



Perguntas:

Coloque aqui perguntas diretas que estudantes possam fazer ao longo das aulas.

Aula 1:

1. Quais as principais diferenças do casamento para a União Estável?
2. Um menor de 16 anos pode se casar?
3. Homossexuais podem se casar?

Aula 2:

1. É necessário pacto antenupcial no Regime de Comunhão Universal de Bens e Separação Convencional de bens?
2. No divórcio em que o regime adotado pelo casal foi o de Comunhão Parcial de Bens, as verbas trabalhistas correspondentes a direitos adquiridos na constância do casamento se comunicam entre os cônjuges?
3. Os bens cuja a aquisição tiver por título uma causa anterior ao casamento são comunicáveis?

Aula 3:

1. O dano moral horizontal se caracteriza em quais relações?
2. O dano moral vertical se caracteriza em quais relações?
3. A fixação de indenização por abandono afetivo pode ser decorrente da teoria objetiva da responsabilidade civil?

Aula 4:

1. Qual o trinômio utilizado pela disciplina legal para fixar os alimentos?
2. Quais são as principais características dos alimentos?
3. O que é imprescindível para que os alimentos sejam fixados de forma preliminar no início da ação?

Aula 5:

1. Quais são as espécies de guarda previstas no ordenamento jurídico brasileiro?



- | | |
|--|--|
| | <p>2. Qual é a guarda que deverá prevalecer no nosso ordenamento jurídico a fim de atender à orientação constitucional de prevalência do interesse e de ampla proteção à criança e ao adolescente?</p> <p>3. Quais são os requisitos observados para fixar a guarda unilateral ?</p> |
|--|--|

RESUMO GERAL:

Tema geral da aula:	Questões Contemporâneas no Direito de Família
---------------------	---



Tema de cada aula:	Aula 1: Casamento e União Estável Aula 2: Regime de bens Aula 3: Responsabilidade Civil nas Relações familiares Aula 4: Alimentos Aula 5: Guarda e suas espécies.
Bibliografias utilizadas:	<ol style="list-style-type: none">1. Título: Regime de Bens no Novo Código Civil Autor: Débora Brandão Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 20072. Título: Direito Civil Brasileiro, vol 6. Direito de Família. Autor: Carlos Roberto Gonçalves Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 20163. Título: Código Civil Anotado Autor: Maria Helena Diniz Editora: Saraiva Cidade de publicação: São Paulo Ano: 20204. Título: Direito Civil. Obrigações e Responsabilidade Civil Autor: Silvio de Salvo Venozza Editora: Atlas Cidade de publicação: São Paulo Ano: 2017



- | | |
|--|---|
| | <p>5. Título: Manual de Direito Civil . Volume Único
Autor: Pablo Gagliano/Rodolfo Pampola Filho
Editora: Saraiva
Cidade de publicação: São Paulo
Ano: 2017</p> <p>6. Titulo: Direito de Família
Autor: Orlando Gomes
Editora: Forense
Cidade de publicação: Rio de Janeiro
Ano: 2002</p> |
|--|---|

QUIZ:

Prezados professores, informamos que o material didático utilizado na participação do programa Saber Direito, bem como a sua fonte é de inteira responsabilidade dos senhores. O Canal TV Justiça não se responsabiliza, em nenhum âmbito, sobre o uso de conteúdo resguardado por direito autoral. Pedimos que se abstenham de utilizar perguntas e respostas que estejam protegidas por lei.